

## Vitimação indirecta de crianças em contexto familiar

### INTRODUÇÃO

A situação das crianças que vivem expostas à violência entre pais não é um problema social novo, mas um problema que tem vindo a merecer um olhar cada vez mais atento. O interesse por esta problemática é, de certa forma, contingente à construção relativamente recente da violência conjugal como um problema social (Loseke, 1997; Straus, Gelles e Steinmetz, 1980), mas é também estimulado pela existência de uma maior consciência pública e profissional do problema do abuso das crianças, em geral (Nelson, 1984), e do abuso psicológico da criança, em particular (Brassard, Germain e Hart, 1983; Garbarino, Guttman e Seeley, 1986, cit. Peled e Davis, 1995; Hughes e Graham-Bermann, 1998). Este problema passou a ser tido como um desafio para alguns serviços sociais e de saúde, começando a perceber-se com preocupação a sobreposição que existe entre testemunhar violência e ser vítima de outras formas de maus tratos a menores. Por exemplo, algumas crianças vítimas de maus tratos físicos e sexuais por parte dos pais revelam nas suas histórias que durante muitos anos experienciaram o terror de testemunharem a sua mãe a ser fisicamente e verbalmente maltratada (Sani, 2002). Vivem em segredo com o problema da violência na sua família e o medo reforça esse silêncio (Sudermann e Jaffe, 1999). Assim, iniciemos a discussão desta problemática denunciando a sua invisibilidade social e averiguando as dificuldades numa definição mais precisa deste fenómeno.

---

\* Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa.

## COMPREENSÃO DA PROBLEMÁTICA E O PROBLEMA DAS DEFINIÇÕES

Muitas são as crianças que vivem expostas à violência interparental; porém, estatisticamente, desconhece-se este fenómeno. Em 1978, Davidson (cit. Humphreys, 1993) descreve que, dos distúrbios domésticos nos quais a polícia foi chamada a intervir, em 41% destes havia crianças presentes. Outros estudos estimam que entre 60% e 80% das crianças em famílias onde ocorrem maus tratos à mulher testemunham o abuso, quer observando-o, quer ouvindo-o (Jaffe, Wolfe e Wilson, 1990). Outras investigações apresentam dados mais alarmantes, ao revelarem que as crianças estão presentes em 80% dos lares onde existe violência conjugal e que 90% destas crianças testemunham a violência que um dos progenitores exerce sobre o outro (Bureau of Justice Statistics, 1993; Pagelow, 1990, cit. Jordan, 1997). Mas, se existem números noutros países, como os EUA, que estimam que em cada ano cerca de 2,3 a 10 milhões de crianças testemunham a violência entre os pais (Rossman, Hughes e Rosenberg, 2000), em Portugal não existe, até ao momento, uma ideia numérica desse problema. As estatísticas referentes ao ano de 2004, apresentadas pela Associação Portuguesa de Apoio à vítima (APAV) em Fevereiro de 2005, dão conta de que 6,8% dos crimes de violência doméstica apurados foram cometidos contra menores de 17 anos. Todavia, embora se especifique a tipologia dos actos envolvidos nestes crimes, entre eles os maus tratos psíquicos, não está de todo diferenciada a percentagem de crianças que na família estão expostas à violência. Neste caso, os dados expressam sobretudo a vitimação directa da criança no contexto familiar, não existindo qualquer expressão numérica que nos dê alguma referência sobre a vitimação indirecta de crianças.

Um número de textos considerável (cf. Holden, Geffner e Jouriles, 1998) tem vindo a documentar o risco acrescido, em termos físicos e psicológicos, que enfrentam muitas das crianças que vivem em famílias abusivas comparativamente às crianças de famílias não violentas. Como pudemos constatar, as vulnerabilidades evidenciam-se a curto, médio e longo prazos e traduzem-se quer em reacções de externalização (e. g., dificuldades de atenção, comportamento agressivo), quer de internalização (e. g., baixa auto-estima, estados depressivos) (Maxwell, 1994; Sani, 2002 e 2004). As crianças expostas à violência parental têm mais problemas comportamentais, exibem afecto significativamente mais negativo, respondem menos apropriadamente às situações, mostram-se mais agressivas com os pares (e. g., situações de *bullying*) e têm relacionamentos mais ambivalentes com as pessoas que delas cuidam do que as crianças de famílias não violentas (Graham-Bermann, 1998). A exposição à violência familiar é um importante factor de risco de psicopatologia em adulto e de outras adversidades sociais, como o abandono

(Vostanis, Tischler, Cumella e Bellerby, 2001). Alguns estudos longitudinais (e. g., Fergusson e Horwood, 1998) referem outros problemas a longo prazo, como, por exemplo, problemas de saúde mental, comportamentos de abuso de substâncias e ofensas criminais, resultantes da exposição à violência. No estudo de Fergusson e Horwood (1998), os autores concluem ainda que as consequências da violência interparental variam também com as características do perpetrador. Neste estudo verificam que a exposição à violência iniciada pelo pai está associada a elevado risco de ansiedade, de desordem de conduta e crime contra a propriedade, enquanto a exposição iniciada pela mãe surge, mais tarde, ligada a grande risco de abuso ou dependência de álcool. Vários factores e processos permitem-nos compreender essas dificuldades de ajustamento. Estes factores e processos incluem o contexto psicológico em que o conflito ocorre, a natureza e a extensão do conflito, as percepções e as interpretações da criança sobre o conflito dos pais e a capacidade desta para lidar com o *stress* causado pelo conflito e circunstâncias familiares (Grych e Fincham, 1990). Devemos estar empenhados em estudar todos estes aspectos para que possamos garantir uma resposta eficaz a um problema que começa a ter maior visibilidade.

A família pode ser para algumas crianças um «lugar de perigo» (Muncie e McLaughlin, 1996, cit. Brown, 1998). A crença de que a família é uma instituição segura tem vindo a ser quebrada pelo conhecimento, cada vez mais frequente, de vários incidentes familiares violentos, muitas vezes ocultos, porque considerados segredos de família ou comportamentos aceites numa sociedade patriarcal (Jaffe, Wolfe e Wilson, 1990). As necessidades das crianças nestas famílias raramente são consideradas, a não ser que o abuso praticado entre o casal se exerça sobre os menores; caso contrário, a problemática da vitimação indirecta permanece omissa. As crianças que vivem em lares maritalmente violentos são muitas vezes designadas por vítimas «escondidas», «desconhecidas», «esquecidas» ou «silenciosas» (Holden, 1998; Osofsky, 1998; Sani, 1999). Os estudos denotam que pesa ainda uma certa despreocupação social sobre o fenómeno da vitimação indirecta<sup>1</sup>, pois é menos expressivo face a um atentado directo à integridade da pessoa. A consideração de que algumas crianças, especialmente as mais novas e imaturas, poderão não ser afectadas pela exposição à violência na família, pois na maioria dos casos não compreendem o que se passa, é também um dos motivos que levam ao escamotear deste problema.

---

<sup>1</sup> Há quem utilize como sinónimo o termo «vicariante» para se referir a uma forma de vitimação com repercussões noutros, que não a vítima directa de violência (Machado e Gonçalves, 2002). Todavia, há autores (e. g., Barbarin, Richter e deWet, 1997) que consideram que o conceito de vicariante se refere a um tipo de vitimação que ocorre, não de forma directa, mas através de um intermediário (e. g., média, narrativa de acontecimentos).

Alguns investigadores procuram definir o estatuto da criança exposta à violência interparental baseados no facto de que há um progenitor batido pelo outro sem saber se as crianças testemunharam ou não alguns desses eventos, se o experienciaram, se tal foi feito em presença física no local ou num espaço próximo (Rossman, Hughes e Rosenberg, 2000).

Há quem discuta questões de terminologia na referência a estas crianças, designadamente se deverão ser chamadas testemunhas, observadoras ou simplesmente crianças expostas à violência. Embora não nos pareça relevante essa discussão, a nossa inclinação vai para a designação de «expostas», pois as crianças podem não estar a observar directamente o abuso, mas estar antes num canto a ouvir, no seu quarto a tentar dormir, ver somente no dia seguinte as marcas da violência ou experienciar um ambiente estranho no relacionamento com os pais (Jouriles, McDonald, Norwood e Exell, 2001). Estar «exposta» pode simplesmente significar viver numa casa caracterizada pela violência (Jouriles, Norwood, McDonald e Peters, 2001). Esta designação evita também uma possível confusão com o termo «testemunhas» a nível do processo judicial, pois, independentemente de haver procedimento criminal em algumas destas situações, o que se pretende é descrever simplesmente a experiência da criança, ver, ouvir ou conviver proximamente com situações de violência interparental (sobretudo física e psicológica) em contexto doméstico.

Outro problema de terminologia, talvez mais controverso, diz respeito à forma de violência que pretendemos retratar neste texto, isto é, uma violência entre um homem e uma mulher que, vivendo na mesma casa, podem estar ou não unidos por laços de conjugalidade. Assim, é possível, para diferentes crianças expostas a um fenómeno idêntico, falar-se em violência interparental (e. g., quando retratamos uma situação de violência entre os pais naturais, os quais vivem juntos, podendo ou não estar casados), em violência conjugal ou violência marital (e. g., quando descrevemos uma situação de violência entre cônjuges, em que um dos adultos ou ambos podem não ser os progenitores da criança, mas são os seus cuidadores e é com eles que ela vive<sup>2</sup>). Procurámos neste texto afastar-nos do uso de termos como: violência doméstica, porque muito abrangente, pois inclui outras formas de violência, como os maus tratos a crianças ou o abuso de pessoas idosas; violência sobre o(a) companheiro(a), porque tende a pôr de lado o relacionamento pais-criança; ou abuso da esposa ou da mulher, termos usados por alguns teóricos que tendem a definir o perpetrador como um indivíduo do sexo masculino (todavia, há excepções, embora o seja na maioria dos casos). Há que perceber que a violência não é necessariamente unidireccional, nem

---

<sup>2</sup> Fine (2001) fornece-nos uma revisão da literatura sobre como é que os conflitos interparentais afectam a criança em famílias recompostas.

todas as vítimas são passivas e a resposta à agressão surge muitas vezes com um propósito defensivo, retaliatório ou mesmo estratégico (Straus, 1993, cit. Holden, 1998). A este propósito, Grych, Jouriles, Swank, McDonald e Norwood (2000) referem que, geralmente, as crianças percebem este comportamento das mães em relação aos pais como menos ameaçador e perigoso do que o comportamento dos pais para com as mães, o que talvez reflecta em muito o relacionamento que a criança tem com cada um dos pais, sendo a mãe quase sempre a figura primária de vinculação.

## A EXPOSIÇÃO DA CRIANÇA À VIOLÊNCIA NAS TIPOLOGIAS DE MAUS TRATOS

Há quem distinga abuso emocional de abuso psicológico (e. g., O'Hagan, 1995), dizendo que o segundo é um comportamento sustentado e repetitivo que destrói ou impede o desenvolvimento de importantes faculdades mentais, como a inteligência, a percepção, a atenção, o reconhecimento e a memória, assim como o desenvolvimento de um sentido moral<sup>3</sup>. Estas faculdades são essenciais ao desenvolvimento social, emocional e educacional da criança. Segundo O'Hagan (1995), o abuso emocional prejudica a vida emocional e impede o desenvolvimento emocional; o abuso psicológico afecta a vida mental e impede o desenvolvimento mental.

Segundo Iwaniec (1995), o abuso emocional define-se como um comportamento parental hostil ou indiferente que, se severo ou persistente, prejudica a auto-estima da criança, degrada o sentido de realização, diminui o sentimento de pertença e impede o desenvolvimento saudável e vigoroso. Iwaniec e Nerbert (1999)<sup>4</sup> consideram que o dano emocional pode ser causado por hostilidade verbal, denegrição, expectativas irrealistas, medo e ansiedade induzidos por ameaças de abandono, rejeição, privação considerável da atenção e da estimulação e ainda através de poder excessivo sobre a criança. Estes e outros autores (e. g., Álvaro, 1997, e Kent e Waller, 1998, cit. Astor, 1994<sup>5</sup>) preferem o termo «abuso emocional», enquanto outros usam a designação de «abuso psicológico», mas a nomenclatura mais útil é talvez a de mau trato psicológico (Edmundson e Collier, 1993, cit. Kashani e Allan, 1998). De facto, Brassard e Hardy (1997) usam o termo «psicológico», em alternativa a «emocional», pois consideram que incorpora melhor

---

<sup>3</sup> Este autor apresenta um estudo interessante sobre o raciocínio moral das crianças acerca da violência familiar e entre pares.

<sup>4</sup> De interesse para a intervenção: os autores apresentam uma importante sistematização de métodos e técnicas para o trabalho com a criança e com famílias emocionalmente abusivas.

<sup>5</sup> De interesse para a avaliação: os autores apresentam um estudo de validação de um instrumento para avaliar o abuso emocional na infância.

as dimensões cognitiva, afectiva e interpessoal, que constituem as componentes primárias do que chamam mau trato psicológico.

O mau trato psicológico, segundo Nesbit e Karagianis (1987, cit. Kashani e Allan, 1998), consiste na negação dos nutrientes psicológicos essenciais ou na denegrição da dignidade pessoal através de técnicas de dominação e padrões de interacção, os quais são danosos para a emergência da personalidade. Este mau trato é muitas vezes acompanhado de violência familiar física, assim como abuso sexual e negligência, mas pode ocorrer isoladamente. O mau trato psicológico pode incluir o abuso interparental que é observado pela criança, assim como comportamentos dos pais para com a criança (Briere, 1992). Esta conduta inclui comportamentos como desprezar, aterrorizar, ameaçar, gritar, rejeitar, ignorar, negar respostas emocionais, isolar, humilhar, chamar nomes, corromper ou explorar, etc. (APSAC<sup>6</sup>, 1995, cit. Rossman, Hughes e Rosenberg, 2000; Nesbit e Karagianis, 1987, cit. Kashani e Allan, 1998). A criança acaba por ser também ela objecto de violência quando assiste aos insultos entre os cônjuges, queixas e lamentações reiteradas, à desvalorização das figuras parentais, às ameaças de abandono do lar (Álvaro, 1997). Tal produz na criança um sentimento de insegurança, culpa e medo permanente, dada a incapacidade dos pais providenciarem uma atmosfera positiva e de suporte (Álvaro, 1997; Burnett, 1993).

Garbarino, Guttman e Seeley (1986, cit. Peled e Davis, 1995, p. 3) consideram que o testemunho de violência doméstica pela criança deve ser definido como uma forma de mau trato psicológico, entendido como «um ataque concreto por um adulto ao desenvolvimento do *self* e competência social da criança, uma amostra de um comportamento fisicamente destrutivo». Na opinião de Peled e Davis (1995), o mau trato psicológico pode assumir três formas: (a) aterrorizar a criança, por exemplo, quando o adulto perpetrador da violência a agride verbalmente, cria um clima de medo, a oprime, a assusta e faz com que ela acredite que o mundo é caprichoso e hostil (Garbarino *et al.*, 1986); (b) forçar a criança a viver em ambientes perigosos; (c) expor a criança a modelos de papéis negativos e limitados, porque encorajam a rigidez, a autodestruição, os comportamentos violentos e anti-sociais (Brassard *et al.*, 1983). Estas circunstâncias são comuns nas situações de violência conjugal testemunhada.

Porém, há autores como Edleson (2000) que se questionam sobre se a exposição da criança à violência na sua própria casa deve ser ou não considerada uma forma de mau trato. É possível reconhecer quer benefícios, quer problemas decorrentes do facto de se definir a exposição da criança ao abuso da mulher como uma forma de mau trato (Kerig e Fedorowicz, 1999).

Uma das vantagens é certamente o facto de com a maior atenção dada a este problema emergirem em alguns países leis para protecção dessas crianças (e. g., países da América do Norte). Tal facto afectou o modo como as agências de justiça criminal, o sistema de protecção à criança e os programas sobre violência doméstica respondem às famílias nas quais as crianças estão expostas à violência (Edleson, 2000). Porém, é negativo sobretudo para os investigadores preocupados em diferenciarem os efeitos do testemunho dos efeitos produzidos pela vitimação directa da criança, dado que, a ser assim, estas duas variáveis seriam confundidas (Kerig e Fedorowicz, 1999).

A definição de maus tratos implica atender às necessidades que cada criança tem em cada estágio de desenvolvimento, assim como ao potencial para o dano inerente à falha parental para satisfazer as necessidades da criança (Cichetti e Toth, 1995, cit. Kerig e Fedorowicz, 1999). Para tal estes autores (cf. Kerig e Fedorowicz, 1999) apontam um conjunto de direcções na avaliação dos maus tratos infantis em crianças de mulheres batidas e formas de implementar a prática neste campo. Todavia, nem todos são a favor de que devemos automaticamente definir a exposição da criança à violência doméstica dos adultos como uma forma de mau trato. Edleson (2000) partilha esta ideia, justificando que a variabilidade da experiência da criança é muito grande, podendo ir de reduzida até severa, pelo que é necessária uma avaliação muito cuidada das situações para saber se a criança está ou não em risco de dano.

Muitos desses comportamentos de potencial risco para a criança têm lugar em casa e a frequência, conteúdo e intensidade da violência podem variar e determinar os consequentes efeitos. A criança pode assistir directamente aos incidentes, ouvi-los noutra quarto ou observar no outro dia as consequências do abuso (Fontes, 2000). São inúmeras as formas adicionais de a criança experienciar a violência doméstica entre adultos, por exemplo, pelo bater ou ameaçar da mãe quando está com a criança ao colo, fazer de a criança refém para forçar a mãe a voltar para casa, usar a criança como arma física contra a vítima, usar a criança como espia ou interrogando-a acerca das actividades da mãe (Ganley e Schechter, 1996, cit. Edleson, 1999).

Rossmann, Hughes e Rosenberg (2000) referem que o desprezo e a desvalorização repetida da criança acontecem muitas vezes quando a própria criança é o tópico da discussão conjugal. A criança e a mãe podem culpar-se continuamente por várias coisas. O ofensor tende a isolar a criança e a família dos contactos com o exterior, de modo a deter maior controlo e conter o segredo familiar dentro da família. Isto pode constituir uma forma de impedir que a criança se envolva com pares e em actividades educativas. A criança aprende também que a agressão é uma forma de satisfazer as suas necessidades e de obter controlo, por vezes, por exposição ao abuso de

álcool e drogas. Neste ambiente, a criança pode ter uma experiência como vítima, observadora ou ambas (Rossman, Hughes e Rosenberg, 2000).

A violência psicológica exercida pelo ofensor assume muitas vezes formas cruéis, de modo a manter o medo em todos os membros da família. Por exemplo, a criança pode ser pedido para que assista à vitimação da mãe como lição e aviso sobre o que pode acontecer com ela se esta desobedecer ao pai. Com o tempo esta experiência associa-se ao tom de voz do ofensor ou à sua expressão facial e estas pistas, por si sós, podem desencadear níveis elevados de medo e intimidação (Jaffe, Wolfe e Wilson, 1990). Existe muitas vezes uma atmosfera de uma grande falta de respeito pela vítima, dominada pelo poder e controlo (Wolfe, Wekerle e Scott, 1997) que caracteriza a relação abusiva. O ambiente no qual estas crianças vivem foi de tal forma «profanado» que, mesmo em sossego, o medo, a ansiedade, a raiva e a tensão pairam no meio familiar.

O consumo de álcool, que surge frequentemente referenciado nas histórias de violência entre casais, constitui mais um dos factores desorganizativos, com consequências acrescidas na crise familiar, mas não deve merecer particular citação em termos causais (Leonard, 1999; Wilson, 1997). Não obstante o discernimento de algumas vítimas quanto ao «*mau carácter*» do ofensor, outras há que minimizam o comportamento violento deste indivíduo e se focam no álcool como a raiz de qualquer problema familiar (Pagelow, 1984, cit. Jaffe, Wolfe e Wilson, 1990; Wilson, 1997). Do ponto de vista da criança, o conflito conjugal é um resultado frequente do alcoolismo parental (Briere, 1992; Cummings, 1998), sendo esta representação de importante consideração a nível da compreensão dos problemas de ajustamento da criança. O consumo de álcool e drogas está associado à pobreza de práticas parentais, incluindo baixo acolhimento da criança e mais disciplina coerciva (Jacob, 1987; Kandel, 1990, cit. McNeal e Amato, 1998). Os pais consumidores geralmente negligenciam as suas crianças física e emocionalmente (Chafetz, Blane e Hill, 1971, cit. McNeal e Amato, 1998); todavia, o alcoolismo familiar não é necessariamente o único factor que está na origem dos problemas da criança, assim como os maus tratos à criança não ocorrem sempre num contexto em que há alcoolismo na família (Briere, 1992).

A exposição da criança à violência conjugal é uma questão importante, também, pelo papel que a criança pode ter nas decisões das mulheres vítimas de violência no que respeita às estratégias de segurança (Rudo e Powell, 1996). O bem-estar das suas crianças é uma determinante principal da decisão da mulher em ficar com o abusador quando ainda crê que a sua criança não se apercebeu da violência ou da decisão de procurar apoio quando a violência já se estendeu à criança, não obstante o seu receio de perder a custódia (Rudo e Powell, 1996; Spears, 2000). A revelação do problema, se,



por um lado, constitui uma oportunidade de quebrar o ciclo de violência, é também um acontecimento que pode ter para a criança outros efeitos indesejáveis, como responder ao questionamento das autoridades ou ser separada dos pais, que podem ter sido hospitalizados ou presos (Edleson, 1999, cit. Fontes, 2000).

Refira-se ainda que alguma da sintomatologia da criança surge como consequência da disrupção que o conflito familiar acaba por causar na vida dos elementos da família (e. g., mudanças frequentes, separação parental, dificuldades económicas). Margolin e Gordis (2000) relatam que as crianças que vivem com a violência tipicamente experienciam um número de outras adversidades, como a pobreza, a desnutrição, a sobrelotação, o abuso de substâncias, a falta de cuidados médicos adequados, o desemprego parental e a psicopatologia dos pais. A idênticas conclusões chegaram Fergusson e Horwood (1998), que concluem do seu estudo que a violência interparental está de facto frequentemente imersa num contexto familiar caracterizado por desvantagens sociais, disfunção familiar e abuso da criança.

#### A RELAÇÃO ENTRE O CONFLITO MARITAL E A VITIMAÇÃO DA CRIANÇA

Os estudos revistos (e. g., Davies e Cummings, 1994, cit. Zeanah e Scheeringa, 1997) sobre o impacto dos conflitos conjugais a nível do ajustamento da criança são unânimes em afirmarem que a exposição da criança à violência interparental a afecta profundamente a vários níveis. Comparativamente ao impacto sofrido pela exposição à violência noutros contextos, o testemunho de violência entre os pais, dado o contexto onde ocorre e a proximidade afectiva aos intervenientes, tem efeitos mais devastadores no desenvolvimento da criança (Osofsky, 1998). A nível do impacto, as crianças expostas à violência interparental partilham muitos sinais ou sintomas com crianças que experienciam maus tratos pelos pais (Jaffe, Wolfe, Wilson e Zak, 1986, cit. Taussing e Litrownik, 1997) ou outros eventos de vida traumáticos, como alcoolismo parental, desordem psiquiátrica grave (e. g., esquizofrenia, depressão) na família, separação ou divórcio, ou testemunham homicídios, guerras ou outros eventos extremamente perturbadores (cf. Rickel e Becker, 1997).

O testemunho de violência interparental é tipicamente conceptualizado como um incidente que vitima a criança num plano visual e auditivo (Jaffe, Wolfe, Wilson e Zak, 1989, cit. Kashani e Allan, 1998). Porém, a relação entre os conflitos conjugais e a vitimação da criança estreita-se por vezes, dando origem a situações de vitimação directa dos menores. A criança pode ser apanhada no meio da discussão, muitas vezes porque interfere para

acabar com o conflito, correndo assim um grande risco de ser injuriada, empurrada ou mesmo batida, pois não raras vezes a fúria pelo cônjuge despreza qualquer consideração pela vulnerabilidade física e emocional da criança. Nestas circunstâncias, a maioria dos ofensores são homens; porém, outros factores (e. g., emergência de problemas no relacionamento pais-filhos, instabilidade emocional dos progenitores) podem ajudar a explicar a coincidência dos maus tratos à criança numa família em que há violência do casal. Felix e McCarthy (cit. Edleson, 1995) referem que vários estudos sobre abuso de crianças apontam que a maioria dos ofensores são mulheres, mas que as formas de abuso mais severas são geralmente cometidas por homens. Há, no entanto, outras evidências apresentadas por teóricos e investigadores, designadamente de abordagens de cariz feminista (cf. Bowker, Arbitell e McFerron, 1990), que desafiam esta ideia de que as mulheres maltratadas abusam também das suas crianças. Bowker, Arbitell e McFerron (1990) provam, através de uma revisão de estudos empíricos, que são os homens que mais maltratam as crianças.

A relação entre a violência no casal e a violência sobre as crianças tem vindo, de facto, a ser discutida em vários estudos (e. g., Amaro, 1986, Amaro, Gersão e Leandro, 1988, Holden, 1998, Cummings e Davies, 1994, e Regan, 1994) que nos apresentam dados em diversas perspectivas. Num estudo feito em 1980, Straus, Gelles e Steinmetz referem que cerca de 40% das vítimas de maus tratos físicos pelos pais testemunhavam também violência conjugal (cit. Cummings e Davies, 1994). Conclusões muito semelhantes são apresentadas por Almeida, André e Almeida (1999), que reconhecem no seu relatório final sobre uma investigação dos maus tratos em Portugal que em metade das situações apuradas de maus tratos existiam sinais de violência conjugal dos adultos responsáveis pela criança. Hotaling e Strauss (1989) estimam que entre 30% e 40% de todas as crianças de mulheres vítimas de violência são também maltratadas (cit. Peled e Davis, 1995). Appel, Angelelli e Holden (1997, cit. Holden, Stein, Ritchie, Harris e Jouriles, 1998) estimam em cerca de 59% a percentagem dessas crianças vítimas indirectas que são também abusadas fisicamente. Numa revisão de estudos, Margolin (1998) indica que entre 45% e 70% das crianças expostas à violência doméstica são também vítimas de abuso físico e, das crianças maltratadas fisicamente, mais de 40% são expostas à violência doméstica. Porém, as estimativas baseadas em populações de abrigos são ainda mais elevadas. Layzer, Goodson e Delange (1986, cit. Peled e Davis, 1995) fizeram um estudo em diferentes estados dos EUA com residentes em cinco abrigos para mulheres vítimas de abuso e verificaram que 70% das crianças eram vítimas de abuso e negligência. Noutros estudos (e. g., Browne e Finkelhor, 1996, cit. Cummings, 1998, e Regan, 1994) debate-se a conexão entre violência conjugal e maus tratos a menores, especificando-a às situa-

ções de abuso sexual da criança<sup>7</sup>. Fantuzzo e Mohr (1999) afirmam que as crianças expostas à violência doméstica estão em risco mais elevado de abuso sexual do que as crianças de ambientes familiares não violentos. Na Irlanda, um estudo de Casey (1987, cit. Regan, 1994) levado a cabo junto de mulheres vítimas de violência doméstica revelou que 30% das entrevistadas mostravam preocupação quanto à confirmação ou suspeita de abuso sexual das suas crianças pelos seus companheiros. Portanto, há que pensar na possibilidade de a coexistência de múltiplos factores de risco ser mais importante na predição dos problemas da criança do que a presença de um único factor (Fantuzzo e Mohr, 1999).

Alguns autores procuram explicar que a observação de conflitos familiares é negativa para a criança, sendo este impacto maior quando a criança é fisicamente abusada (Hughes e Graham-Bermann, 1998). Num estudo sobre a co-ocorrência de exposição à violência do casal e abuso físico em crianças, Salzinger, Feldman, Hammer e Rosario (1992, cit. Rossman, Hughes e Rosenberg, 2000) descobriram que os problemas comportamentais da criança decorrem, em muito, da violência exercida sobre ela, sendo que esse impacto é acrescido pelo testemunho de violência. De facto, alguns autores demonstram (e. g., Kalmus, 1984, cit. Emery, 1989, Cummings e Davies, 1994, Hart, 1992, e Hughes, Parkinson e Vargo, 1989, cit. Rossman, Hughes e Rosenberg, 2000) que a coincidência de vitimação indirecta e directa constitui um risco muito grande para a criança e ocasiona nesta um impacto acrescido da violência. Hennessy, Rabideau, Cicchetti e Cummings (1994) chegam à conclusão, no seu estudo, de que as crianças fisicamente abusadas respondem com grande medo, comparativamente às não abusadas, a todas as formas de agressividade entre adultos. Os autores referem que o medo exibido pelas crianças fisicamente abusadas pode ser um reflexo da sua experiência de que o conflito e as lutas entre os pais, principalmente quando não são resolvidos, resultam em hostilidade parental e agressões dirigidas a elas. Heyman e Slep (2002) mostram num estudo, que pretendeu compreender o ciclo de violência, que quer a exposição à violência interparental, quer os maus tratos físicos, adicionalmente e interactivamente, aumentam o risco, na idade adulta, de perpetração de abuso infantil, de violência sobre o companheiro e vitimação do próprio.

Alguns indicadores importantes de vulnerabilidade aos maus tratos infantis são, por exemplo, a história de violência familiar, a existência de problemas sócio-económicos, a presença de um substituto paterno, um progenitor solteiro ou separado, a pouca idade da mãe e a história de abuso de álcool

---

<sup>7</sup> Num estudo português sobre sexualidade infantil e abusos sexuais em menores, Fávero (2003) refere que as famílias onde a mãe e/ou as crianças sofrem maus tratos estas estão em grande risco de serem vitimadas sexualmente.

(Browne e Sagi, 1988, cit. O'Keefe, 1995). Outros aspectos devem ser considerados factores comunitários (e. g., isolamento social) ou mesmo características individuais da criança (e. g., agressividade, temperamento difícil da criança). O'Keefe refere que numa família onde existem conflitos entre o casal o potencial para o abuso da criança é exacerbado pelos factores familiares, tais como elevada frequência e severidade da violência marital, menos satisfação marital da parte da mãe, relacionamentos pobres entre pai e criança, percebidos por esta. Estes factores combinam-se com variáveis de *stress* familiar (e. g., baixo estatuto sócio-económico, desemprego, agregado familiar grande, baixo suporte familiar e social) e características da criança. A autora concluiu que as crianças que testemunham a violência interparental e são simultaneamente vítimas de abuso físico apresentam níveis significativamente mais altos nos problemas comportamentais de externalização do que as crianças somente expostas à violência entre os pais.

## CONCLUSÃO

As crianças têm sido vítimas esquecidas da violência doméstica, pois persiste a crença errónea de que estas podem, de alguma forma, escapar à exposição directa à violência e aos seus efeitos (Jordan, 1997). Todavia, sabemos pelo acompanhamento e estudo destes casos de crianças vitimadas indirectamente no seu contexto familiar que o problema não é assim tão inócuo (Sani, 2004). Muitas destas crianças relatam que a observação do conflito interparental é um *stressor* significativo que desencadeia, a curto ou também a longo prazo, reacções que apontam para problemas ou dificuldades em várias áreas do desenvolvimento (Sani, 2003).

Em virtude de alguma investigação em domínios paralelos que abordam a temática dos maus tratos à criança, entre eles as tipologias de abuso psicológico e/ou emocional, e também pelo debate actual sobre os relacionamentos íntimos violentos, sobretudo no domínio da conjugalidade, o problema das crianças expostas à violência interparental tem vindo a ganhar cada vez mais visibilidade social. Contudo, os termos «criança maltratada» ou «criança exposta aos maus tratos» significam coisas diferentes para as pessoas e esta variabilidade pode, assim, resultar apenas numa resposta casual à criança exposta à violência (Echlin e Marshall, 1995). Como pudemos discutir, não se trata de uma questão de terminologia, pois o importante é procedermos a uma avaliação cuidada do risco para assim proporcionarmos uma resposta adequada.

Por fim, há que ter também em consideração na análise do risco o facto de a criança poder estar exposta a vários factores de *stress*, isto porque os estudos na área da vitimação infantil têm chamado a atenção para a coexistência de múltiplas situações abusivas num mesmo contexto e para as

suas implicações a nível do impacto na criança. A maioria dos estudos situam os valores para a co-ocorrência entre os maus tratos à criança e outras formas de violência na mesma família entre 30% e 60% (Edleson, 2001; Graham-Bermann e Edleson, 2001). Esta situação representa um risco acrescido para a criança, mas, como vimos, outros factores de ordem familiar concorrem para tornar ainda mais disruptivo o seu ajustamento.

Em Portugal, o problema da protecção das crianças expostas à violência interparental necessita de um olhar mais atento das entidades públicas ou privadas, tal como acontece noutros países (cf. Matthews, 1999). O acolhimento social e político deste problema pode trazer mais e melhor conhecimento e aumentar igualmente a intenção protectiva destas crianças.

### BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, A. N., ANDRÉ, I. M., e ALMEIDA, H. N. (1999), *Famílias e Maus Tratos às Crianças em Portugal. Relatório Final*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- ÁLVARO, C. E. (1997), «Maltrato emocional o psicológico», in J. C. Flores, J. A. D. Huertas e C. M. González (orgs.), *Niños Maltratados*, Madrid, Diaz de Santos, pp. 133-137.
- AMARO, F. (1986), «Crianças maltratadas, negligenciadas ou praticando mendicidade», in *Cadernos do CEJ*, 2.
- AMARO, F., GERSÃO, E., e LEANDRO, A. (1988), «Crianças maltratadas, negligenciadas ou praticando mendicidade», in *Cadernos do CEJ*, 1.
- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA (2005), *Estatísticas 2004*, Lisboa, disponível em <http://www.apav.pt>
- ASTOR, R. (1994), «Children's moral reasoning about family and peer violence: the role of provocation and retributions», in *Child Development*, 65, pp. 1054-1067.
- BARBARIN, O. A., RICHTER, L., e DEWET, T. (1997), «Violence and its impact on South African children: the moderating influence of maternal distress», in *Urban Childhood: an International Interdisciplinary Conference in Trondheim*, Normay, Junho, 9-12, disponível em <http://www.umich.edu/~saioum/Vioimp.htm>.
- BOWKER, L. H., ARBITELL, M., e MCFERRON, J. R. (1990), «On the relationship between wife beating and child abuse», in K. Yllö e M. Bograd (orgs.), *Feminist Perspectives on Wife Abuse*, Califórnia, Sage Publications, pp. 158-174.
- BRASSARD, M. R., e HARDY, D. B. (1997), «Psychological maltreatment», in M. E. Helfer, R. S. Kempe e R. D. Krugman (orgs.), *The Battered Child*, Chicago, The University of Chicago Press, pp. 392-412.
- BRIERE, J. N. (1992), *Child Abuse Trauma. Theory and Treatment of the Lasting Effects*. Londres, Sage Publications.
- BROWN, S. (1998), *Understanding Youth and Crime: Listening to Youth?*, Buckingham, Mike Maguire.
- Burnett, B. B. (1993), «The psychological abuse of latency age children: a survey», in *Child Abuse and Neglect*, 17, pp. 441-454.
- CUMMINGS, E. (1998), «Children exposed to marital conflict and violence: conceptual and theoretical directions», in G. W. Holden, R. Geffner e E. N. Jouriles (orgs.), *Children Exposed to Marital Violence. Theory, Research and Applied Issues*, Washington, American Psychological Association, pp. 55-93.
- CUMMINGS, E., e DAVIES, P. (1994), *Children and Marital Conflict. The Impact of Family Dispute and Resolution*, Nova Iorque, The Guilford Press.

- ECHLIN, C., e MARSHALL, L. (1995), «Child protective services for children of battered woman: practice and controversy», in E. Peled, P. G. Jaffe e J. L. Edleson (orgs.), *Ending the Cycle of Violence. Community Responses to Children of Battered Woman*, Thousand Oaks, Sage Publications, pp. 170-185.
- EDLESON, J. L. (1995), «Mothers and children: understanding the links between woman battering and child abuse», in *Strategic Planning Workshop on Violence against Woman*, National Institute of Justice, disponível em <http://www.mincava.umn.edu>.
- EDLESON, J. L. (1999), «Children's witnessing of adult domestic violence», *Journal of Interpersonal Violence*, 14, 8, pp. 839-870, disponível em <http://www.domestic-violence.net/dv/children/witness.htm>.
- EDLESON, J. L. (2000), «Should childhood exposure to adult domestic violence be defined as child maltreatment under the law?», in *Child and Youth Services Review. Minnesota Center against Violence and Abuse*, disponível em <http://www.mincava.umn.edu/link>.
- EDLESON, J. L. (2001), «Studying the co-occurrence of child maltreatment and domestic violence in families», in S. A. Graham-Bermann e J. L. Edleson (orgs.), *Domestic Violence in the Lives of Children. The Future of Research, Intervention and Social Policy*, Washington, American Psychological Association, pp. 91-110.
- EMERY, R. E. (1989), «Family violence», in *American Psychologist*, 44, 2, pp. 321-328.
- FANTUZZO, J. W., MOHR, W. K., e NOONE, M. L. (2000), «Making invisible victims of violence against woman visible through university/community partnerships», in R. A. Geffner, P. G. Jaffe e M. Sudermann (orgs.), *Children Exposed to Domestic Violence. Current Issues in Research, Intervention, Prevention and Policy Development*, Nova Iorque, The Haworth Maltreatment and Trauma Press, pp. 9-23.
- FÁVERO, M. F. (2003), *Sexualidade Infantil e Abusos Sexuais a Menores*, Lisboa, Climepsi Editores.
- FERGUSSON, D. M., e HORWOOD, J. L. (1998), «Exposure to interparental violence in childhood and psychosocial adjustment in young adulthood», in *Child Abuse and Neglect*, 22, 5, pp. 339-357.
- FINE, M. A. (2001), «Marital conflict and stepfamilies», in J. H. Grych e F. D. Fincham (orgs.), *Interparental Conflict and Child Development*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 363-383.
- FONTES, L. A. (2000), «Children exposed to marital violence: how school counselors can help», in *Professional School Counseling*, 3, 4, pp. 231-237.
- GRAHAM-BERMANN, S. A. (1998), «The impact of women abuse on children's social development: research and theoretical perspectives», in G. W. Holden, R. Geffner e N. Jouriles (orgs.), *Children Exposed to Marital Violence. Theory, Research and Applied Issues*, Washington, American Psychological Association, pp. 21-54.
- GRAHAM-BERMANN, S. A., e EDLESON, J. (2001), «Introduction», in S. A. Graham-Bermann e J. Edleson (orgs.), *Domestic Violence in the Lives of Children. The Future of Research, Intervention and Social Policy*, Washington, American Psychological Association, pp. 3-10.
- GRYCH, J. H., e FINCHAM, F. D. (1990), «Marital conflict and children's adjustment: a cognitive contextual framework», in *Psychological Bulletin*, 108, pp. 267-290.
- GRYCH, J. H., JOURILES, E. N., SWANK, P. R., MCDONALD, R., e NORWOOD, W. D. (2000), «Patterns of adjustment among children of battered woman», in *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 68, pp. 84-94.
- HART, B. J. (1992), «Children of domestic violence: risks and remedies», in *Minnesota Center against Violence and Abuse* (MINCAVA), MINCAVA Electronic Clearinghouse, disponível em <http://www.mincava.umn.edu>.
- HENNESSY, K. D., RABIDEAU, G. J., CICHETTI, D., e CUMMINGS, E. M. (1994), «Responses of physically abused and nonabused children to different forms of interadult anger», in *Child Development*, 65, pp. 815-828.
- HEYMAN, R. E., e SLEP, A. M. S. (2002), «Do child abuse and interparental violence lead to adulthood family violence?», in *Journal of Marriage and Family*, 64, pp. 864-870.

- HOLDEN, G. W. (1998), «Introduction: the development of research into another consequence of family violence», in G. W. Holden, R. Geffner e E. N. Jouriles (orgs.), *Children Exposed to Marital Violence. Theory, Research and Applied Issues*, Washington, American Psychological Association, pp. 1-18.
- HOLDEN, G. W., GEFNER, R., e JOURILES, E. N. (1998), *Children Exposed to Marital Violence. Theory, Research and Applied Issues*, Washington, American Psychological Association.
- HOLDEN, G. W., STEIN, J. D., RITCHIE, K. L., HARRIS, S. D., e JOURILES, E. N. (1998), «Parenting behaviors and beliefs of battered woman», in G. W. Holden, R. Geffner e E. N. Jouriles (orgs.), *Children Exposed to Marital Violence. Theory, Research and Applied Issues*, Washington, American Psychological Association, pp. 293-334.
- HUGHES, H. M., e GRAHAM-BERMANN, S. A. (1998), «Children of battered woman: impact of emotional abuse on adjustment and development», in *Journal of Emotional Abuse*, 1, 2, pp. 23-50.
- HUMPHREYS, J. (1993), «Children of battered woman», in J. Campbell e J. Humphreys (orgs.), *Nursing Care of Survivors of Family Violence*, St. Louis, Mosby, pp. 107-131.
- IWANIEC, D. (1995), *The Emotionally Abused and Neglected Child. Identification, Assessment and Intervention*, Nova Iorque, John Wiley and Sons, Ltd.
- IWANIEC, D., e HERBERT, M. (1999), «Multidimensional approach to helping emotionally abused and neglect children and abusive parents», in *Children and Society*, 13, pp. 365-379.
- JAFFE, P. G., WOLFE, D. A., e WILSON, S. K. (1990), *Children of Battered Woman*, EUA, Sage Publications.
- JORDAN, C. E. (1997), *The Psychological Impact of Domestic Violence on Domestic Violence Victims and Child Witnesses*, Governor's office of child abuse domestic violence services, disponível em <http://www.state.ky.us/agencies/gov/domviol/impact.htm>.
- JOURILES, E. N., MCDONALD, R., NORWOOD, W. D., e EXELL, E. (2001), «Issues controversies in documenting the prevalence of children's exposure to domestic violence», in S. A. Graham-Bermann e J. Edleson (orgs.), *Domestic Violence in the Lives of Children. The Future of Research, Intervention and Social Policy*, Washington, American Psychological Association, pp. 13-34
- JOURILES, E. N., NORWOOD, W. D., MCDONALD, R., e PETERS, B. (2001), «Domestic violence and child adjustment», in J. H. Grych e F. D. Fincham (orgs.), *Interparental Conflict and Child Development*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 315-336.
- KERIG, P. K., e FEDOROWICZ, A. E. (1999), «Assessing maltreatment of children of battered woman: methodological and ethical considerations», in *Child Maltreatment*, 4, 2, pp. 103-115.
- KASHANI, J. H., e ALLAN, W. D. (1998), *The Impact of Family Violence on Children and Adolescents*, Thousand Oaks, Sage Publications.
- LEONARD, K. E. (1999), «Alcohol use and husband marital aggression among newlywed couples», in X. B. Arriaga e S. Oskamp (orgs.), *Violence in Intimate Relationships*, Londres, Sage Publications, pp. 113-135.
- MACHADO, C., e GONÇALVES, R. A. (2002), «Vitimologia e criminologia», in R. A. Gonçalves e C. Machado (orgs.), *Violência e Vítimas de Crime*, vol. 1, Coimbra, Quarteto Editora, pp. 17-41.
- MARGOLIN, G. (1998), «Effects of domestic violence on children», in P. K. Trickett e C. J. Schellenbach (orgs.), *Violence against Children in the Family and the Community*, Washington, APA, pp. 57-101.
- MARGOLIN, G., e GORDIS, E. B. (2000), «The effects of family and community violence on children», in *Annual Review of Psychology*, 51, pp. 445-479.
- MATTEWS, M. A. (1999), «The impact of federal and state laws on children exposed to domestic violence», in David e Lucile Packard Foundation, *Domestic Violence and Children, The Future of Children*, 9, 3, 50-66, disponível em <http://www.futureofchildren.org/dvc>.

- MAXWELL, G. M. (1994), *Children and Family Violence: the Unnoticed Victims*, Minnesota Center against Violence and Abuse (MINCAVA), disponível em <http://www.mincava.umn.edu/papers/nzreport.htm>.
- MCNEAL, C., e AMATO, P. R. (1998), «Parent's marital violence», in *Journal of Family Issues*, 19, 2, pp. 123-139.
- O'HAGAN, K. P. (1995), «Emotional and psychological abuse problems definition», in *Child Abuse and Neglect*, 19, 4, pp. 449-461.
- O'KEEFE, M. (1995), «Predictors of child abuse in maritally violent families», in *Journal of Interpersonal Violence*, 10, 3, pp. 3-26.
- OSOFSKY, J. (1998), «Children as invisible victims of domestic and community violence», in G. W. Holden, R. Geffner e E. N. Jouriles (orgs.), *Children Exposed to Marital Violence, Theory, Research and Applied Issues*, Washington, American Psychological Association, pp. 95-117.
- PELED, E., e DAVIS, D. (1995), *Groupwork with Children of Battered Woman: a Practitioner's Guide*, Londres, Sage Publications.
- REGAN, L. (1994), «The links between domestic violence and child abuse; including the impact on children», in *Seminar on Women's Refuges*, Dublin Castle, 26-27 de Maio.
- RICKEL, A. U., e BECKER, E. (1997), *Keeping Children from Harm's Way. How National Policy Affects Psychological Development*, Washington, American Psychological Association.
- ROSSMAN, B. B., HUGHES, H. M., e ROSENBERG, M. S. (2000), *Children and Interparental Violence: the Impact of a Exposure*, EUA, Bruner/Mazel.
- RUDO, Z. H., e POWELL, D. S. (1996), *Family Violence: a Review of a Literature*, Florida Mental Health Institute, University of South Florida, disponível em <http://www.fmhi.usf.edu/institute/pubs/rudo-powell-violence.html>.
- SANI, A. I. (1999), «As vítimas silenciosas: a experiência de vitimação indirecta nas crianças», in *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2, pp. 247-257.
- SANI, A. I. (2002), *As Crianças e a Violência. Representações de Crianças Vítimas e Testemunhas de Crime*, Coimbra, Quarteto Editora.
- SANI, A. I. (2003), *As Crianças, o Discurso e a Acção: as Construções de Crianças Expostas à Violência Interparental*, dissertação de doutoramento não publicada, Universidade do Minho, Braga.
- SANI, A. I. (2004). «O discurso de crianças expostas à violência interparental — estudo qualitativo», in *Psychologica*, 36, pp. 109-130.
- SPEARS, L. (2000), «Building bridges between domestic violence organizations and child protective services», in *Building a Comprehensive Solutions to Domestic Violence, 7, A Policy and Practice Paper*, U. S. Department of Health and Human Services.
- SUDERMANN, M., e JAFFE, P. (1999), *A Handbook for Health and Social Service Providers and Educators on Children Exposed to Woman Abuse/Family Violence*, The National Clearinghouse on Family Violence (World Wide Web Homepage), Canadá, Minister of Public Works and Government Services Canada.
- TAUSSING, H., e LITROWNIK, A. (1997), «Methodological issues in classifying maltreatment: an examination of 'protective issue' children», in G. K. Kantor e J. L. Jasinski (orgs.), *Out of Darkness. Contemporary Perspectives on Family Violence*, Thousand Oaks, Sage Publications, pp. 136-147.
- VOSTANIS, P., TISCHLER, V., CUMELLA, S., e BELLERBY, T. (2001), «Mental health problems and social supports among homeless mothers and children victims of domestic and community violence», in *International Journal of Social Psychiatry*, 47, 4, pp. 30-40.
- WILSON, K. J. (1997), *When Violence Begins at Home. A Comprehensive Guide to Understanding and Ending Domestic Violence*, EUA, Hunter House Publishers.
- WOLFE, D., WEKERLE, C., e SCOTT, K. (1997), *Alternatives to Violence. Empowering Youth to Develop Healthy Relationships*, Thousand Oaks, Sage Publications.
- ZEANAH, C., e SCHEERINGA, M. (1997), «The experience and effects of violence in infancy», in J. D. Osofsky (ed.), *Children in a Violent Society*, Nova Iorque, The Guilford Press, pp. 97-123.